

ECONOMIA E FINANÇAS

Gestão Pública para o Desenvolvimento Local Endógeno - Região do Huambo – Angola

Manuel Cauoiongo Ferreira Domingos¹

Resumo

Este artigo aborda aspectos de importância relevante para o desenvolvimento local endógeno, neste caso, a Região do Huambo.

Um dos pontos mais discutidos actualmente no processo de desenvolvimento mundial é o da análise da sustentabilidade, ao contrário da discussão das desigualdades entre as condições de vida nas diferentes regiões do mundo globalizado e os cuidados a ter com o meio ambiente.

As transformações económicas e os avanços tecnológicos têm tido um grande papel no crescimento e expansão das forças produtivas mundiais, caracterizadas por grandes mudanças na gestão e organização do sistema produtivo industrial globalizado.

Embora haja o desejo de se padronizar a vida para que seja comum a todos os seres humanos, continua, ainda assim, haver uma grande disparidade, um grande fosso de desigualdades, verificando-se mesmo que algumas regiões colham os frutos do crescimento económico de uma forma diferente, para melhor, e às outras, para pior.

Palavras-chave: Gestão Pública, Desenvolvimento local endógeno, Região do Huambo.

¹ Mestrado em Gestão de Empresas pela Escola de Ciências Económicas e das Organizações da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Lisboa - Portugal e licenciado em Contabilidade e Administração Empresarial pelo Instituto Superior de Ciências da Administração da mesma Universidade, docente colaborador do Instituto Superior Politécnico Sol Nascente – Huambo, nas disciplinas de Contabilidade e Projecto de Fim de Curso desde 2017

Introdução

A heterogeneidade e complexidade do mundo, as características específicas do meio ambiente, os atores sociais e mobilidade na execução dos projetos, assim como a existência e o acesso aos recursos estratégicos necessários ao desenvolvimento local endógeno, são contextualizadas na gestão pública.

Neste contexto a Região do Huambo é local propício para se encetar uma revolução ambiental que leva ao desenvolvimento profundo da região, por possuir particularidades e potencialidades atrativas de crescimento, porém subaproveitadas e ou inexistentes.

Tal como especifica (Vàsquez, 1999), *“desenvolvimento local é o processo de mudança e crescimento económico, sociocultural, político-administrativo que proporciona uma melhor qualidade de vida as populações”*, *“É o espaço no qual se concretizam as diversas iniciativas da sociedade organizada.”* (Vàsquez, 2000).

Neste sentido, o desenvolvimento económico local aparece como uma nova forma de análise, onde se incluem as instituições empresariais locais, com capacidades inovadoras e de aproveitamento das potenciais capacidades de desenvolvimento da região, que por outro lado seria mais do que um simples processo de crescimento da produção ou do rendimento per-capita.

Conceito de desenvolvimento local, segundo Vàsquez:

“As medidas a adotar, de acordo com a nova conceção de desenvolvimento que valoriza o local, tem como principal ponto de referência no território, o potencial endógeno, o meio que rodeia os problemas e a quem necessita, a mobilização, a cooperação e a solidariedade. O desenvolvimento endógeno converte-se deste modo, num dos fatores que definem o desenvolvimento local. Por um lado, os empreendedores locais utilizam para a produção as potencialidades locais para conseguir que os seus produtos se tornem competitivos, e por outro lado, as instituições e os valores socioculturais locais se convertem na base dos processos de desenvolvimento” (Vasquez Barquero, 2005, pág. 41).

É nesse contexto que o Banco Mundial (2010) considera o desenvolvimento local como sendo *“o trabalho conjunto que é desempenhado por uma comunidade, com o objetivo de alcançar um crescimento económico sustentável, que permita benefícios económicos e melhorias na qualidade de vida das populações que vivem nessa comunidade.”*

Para a instituição Banco Mundial, a comunidade é vista como uma cidade, um povo, uma nação, em cujo desenvolvimento económico local intervêm os interesses dos governos locais, as empresas, as instituições de ensino superior com a finalidade de se conseguir melhorias económicas locais.

Pesa embora, alguns estudiosos do desenvolvimento local afirmarem não existir uma definição comum e aceitável sobre o que é realmente o desenvolvimento local, podemos dizer que ele consiste num processo que pressupõe a formação de novas e fortes instituições, o desenvolvimento de alternativas industriais, o desenvolvimento e formação da mão-de-obra, para melhorar a qualidade do produto a oferecer no mercado, de acordo com o que cada território possa prever e prover de acordo com as suas necessidades internas.

“As políticas e as estratégias definidas a escala local têm dado mostras de uma maior capacidade para perceber os problemas, assim como de uma maior flexibilidade para responder – localmente – aos desafios e tendências da economia global, tais como o desemprego e a reestruturação dos sistemas produtivos” (Nolan, 2002).

Partindo da perspectiva de Nolan, pode-se afirmar que, as variáveis sobre a qual se fundamenta o potencial para o desenvolvimento económico local (em particular aquelas em que os governos locais mais interferem), classificam-se em quatro grupos, a saber:

1. A variável externa aos governos locais, onde a presença ou ausência de cultura e o empreendedorismo, (elementos que não se criam de um momento para o outro), não são responsabilidade exclusiva dos governos, (mas sim dos modelos de educação e ensino que alavancam esses governos).
2. As infraestruturas, nas quais os governos locais devem desempenhar um papel importante, por ser uma função bem definida do seu fórum, que por vezes se transforma no obstáculo ao desenvolvimento económico local. De acordo com as experiências de alguns governos africanos, latino americanos e asiáticos, a infraestrutura é uma área onde se regista maiores problemas quanto a projetos, por vezes incompletos ou mesmo sem nexos, inconsistentes, com insuficiente financiamento, com estatísticas sobre a procura sem base de sustentação, etc., traduzindo-se tudo isso em parcos investimentos, tornando-se impeditivos ao desenvolvimento económico local.
3. Considerando como terceiro grupo, o que se configura por um conjunto de variáveis que incidem no desenvolvimento económico local, tais como: o ambiente dos negócios, a coesão social, planificação de programas e estratégias, disponibilidade e

formação dos recursos humanos locais; variáveis que são claramente da esfera da responsabilidade dos governos locais.

É neste sentido que importa salientar alguns aspetos defendidos por Vázquez Barquero, quando diz:

“O desenvolvimento local deve ser entendido como um processo de crescimento económico e mudança estrutural que conduz a uma melhoria no nível de vida da população local, de onde se podem identificar três dimensões: sendo a primeira a economia, na qual os empresários locais empregam as suas competências e capacidades para organizar os fatores de produção locais com níveis de rentabilidade suficiente para serem competitivos nos mercados; a segunda é sociocultural, onde os valores e as instituições servem de base ao processo de desenvolvimento; e finalmente uma dimensão político-administrativa, onde as políticas territoriais permitem criar um retorno económico favorável, protegê-lo de interferências externas e impulsionar o desenvolvimento local” (Vázquez Barquero, 1993).

Estes três grupos que se podem considerar como bases para a implementação das estratégias de desenvolvimento económico local, servem, uma vez realizado o estudo das necessidades de cada território em função dos sectores mais dinâmicos da economia local, das interligações existentes entre a economia local e o exterior, tal como o do potencial de crescimento existente, como base de identificação aos objetivos que se deverão incluir nas estratégias a definir *a posteriori*.

Neste trabalho, partimos do pressuposto conceptual de que as possibilidades do desenvolvimento económico local têm a sua génese na procura e aproveitamento das vantagens competitivas locais, a partir dos recursos endógenos que os territórios locais possuem, a partir da procura e aproveitamento de suas vantagens competitivas e da definição da referência que condiciona o retorno externo e possibilita propor estratégias e objetivos que promovam o desenvolvimento económico local, especificamente no espaço geográfico, político e administrativo regional do território em estudo.

A pouca articulação entre os sectores e os sistemas produtivos locais

As regiões de Angola, em particular o Huambo, nos últimos 39 anos viveram sempre dos suprimentos do Estado em todo o sector económico, pois a economia dependia e depende única

e simplesmente da exploração e exportação do petróleo, não se tendo reorientado a economia para outros sectores como o primário em particular (agricultura). Para economia da região e do território angolano, pouco têm contribuído os sectores agropecuário e turismo. O sector do comércio, particularmente alguns pequenos comércios de entidades estrangeiras, é aquela que tem contribuído, embora em pequena escala, para o PIB, o que se reflete na economia da região, tornando-se mais dependente de planificação orçamental do poder central para satisfação de investimentos aos projetos programados.

Aspetos importantes que se devem ter em conta, são os sectores da agropecuária, comércio e turismo, tal que a sua importância se reveste de capital relevância e que clama por uma política pública para o seu desenvolvimento e que apresentará uma relativa independência quanto ao resto da economia.

O desenvolvimento da região do Huambo deve focalizar-se em dois sectores chave: a agropecuária e o turismo, girando esta política em torno da captação de investimentos (flexibilizando as políticas comerciais e jurídicas), tendo em conta a distribuição integral e equitativa destes investimentos, para melhor articulação dos agentes económicos locais e serem alvos de uma planificação de longo prazo. Na verdade, a nível da estrutura estatal a implementação de estratégias focalizadas no desenvolvimento local, tem sido muito limitada, e os poucos agentes locais beneficiários da distribuição dos parques investimentos, não os têm aproveitado para o desenvolvimento local, senão para benefício próprio.

O mercado de trabalho no local

Importa neste ponto conhecer a base demográfica e as características do mercado de trabalho local, os aspetos culturais e os valores sociais da localidade. Tal qual os pontos atrás enunciados, importa também, salientar que os recursos humanos locais como fator de desenvolvimento estão intrinsecamente ligados aos fatores da qualidade e do desenvolvimento das capacidades, tendo em conta a capacidade de investimento como um potencial de criatividade, que culmina na criação de novos postos de trabalho para as populações locais.

Ainda de acordo com Albuquerque: *“a formação dos recursos humanos é, em consequência, um recurso estratégico que deve integrar as características específicas de cada território, com o fim de projetar com coerência os respetivos conteúdos.”* (Albuquerque, 2002, pág. 175).

Neste sentido a quantidade, a composição, a flexibilização, a qualidade, o nível de formação da mão-de-obra, acrescida aos níveis de atividade, a presença para a melhoria de determinada atitude empresarial, tudo isso, configura-se como uma importante variável nas estratégias para o desenvolvimento local.

As capacidades empresariais e tecnológicas existentes

O conhecimento do tecido produtivo local, permite a implementação ou introdução de tecnologias inovadoras de produção, o que proporciona deste modo a introdução de novos produtos e serviços diferenciando-se dos já existentes no mercado local, possibilitando também as mudanças nos processos de produção, contribuindo para o aumento da produtividade e a competitividade empresarial.

Quanto a inovação dos processos de gestão possibilitam melhorias na organização da produção e no processo de trabalho, assim como na qualificação dos recursos humanos e no acesso as redes de informação.

Entre todas as inovações de possível introdução, para melhoria do desenvolvimento económico, podemos incluir a descentralização das decisões sobre as inovações, a difusão de “boas práticas” de gestão, isto é, a desconcentração das inovações entre os agentes públicos e privados.

Albuquerque (2004) realça que, “o desenvolvimento económico dos territórios está cada vez mais condicionado e mediatizado pela infraestrutura técnica existente, a velocidade da difusão tecnológica e o esforço inovador do conjunto do seu tecido socioeconómico. Como consequência, os processos de geração e difusão de novas tecnologias se constituem num dos principais dinamizadores do desenvolvimento, determinando também a forma de inserção das economias locais e nacionais no sistema económico mundial.”

Recursos socioculturais e formativos

O local é também espaço de inserção de comunidades que atuam nesse território de acordo com suas práticas, normas e valores que se regem a determinadas culturas. Deste modo, o fator económico e o sociocultural se interligam contribuindo para o êxito ou fracasso das iniciativas de desenvolvimento, podem também melhorar ou retardar as transformações económicas e a incorporação de novas tecnologias de produção. Importa perceber se a estrutura organizativa político-administrativa governamental local tem capacidade para avaliar a procura, mensurar os efeitos da sua atividade sociocultural, de gerar novo recursos e de promover a participação dos cidadãos.

Recursos económicos e financeiros

“A criação e o desenvolvimento das empresas é uma condição necessária no processo de desenvolvimento, como as empresas transformam a poupança em investimentos

através de projetos de negócios; para além disso, estimulando o desenvolvimento de redes e aglomerados (clusters) de empresas, estimula-se também a emergência de economias externas e encoraja-se a redução de custos de transação.” (Vázques, 2009, pág. 12)

No entanto, o surgimento isolado de iniciativas empresariais não é suficiente, porquanto segundo Lira, *“por ele todas as políticas de apoio realizadas dentro do território devem ter como ponto de referência a diversificação de projetos, o tipo de empresas que se criam, ou implementam, a valorização dos recursos humanos locais e as empresas de economia social”* (Lira, 2003, pág. 45). Por isso a criação de emprego estável depende não só da criação de novas empresas e ou atividades empresariais e do desenvolvimento e modernização das existentes, senão também do ambiente propício a inovação, sendo necessária uma complementarização entre as políticas económicas, sociais, e culturais que se implementam na localidade.

Elementos Identificadores da Cultura Económica do Huambo

A região, conhecida, em tempos idos, como o celeiro de Angola, fora outrora o centro de investigação para o melhoramento da cultura do milho cultivado na região, na época da pré independência de Angola, tendo sido conhecidos os primeiros híbridos do milho que permitiram o aumento da produção deste cereal, que possibilitaram, por sua vez, o aumento da produção de rações para o gado, de alimento humano interno e para exportação.

O município que dera origem ao Huambo “a Caála” fora um dos centros de escoamento da produção do milho.

Segundo Sócrates Dáskalos

“nas vésperas do 11 de Novembro de 1975, (data da independência de Angola) a região do Huambo ocupava o segundo lugar no contexto socioeconómico do país, (...). No setor agrícola destacava-se a produção de milho que chegava para o consumo local e para exportação que rondava, só esta, as 100 mil toneladas anuais; a Caála era o celeiro do milho de Angola e, ao longo da via-férrea até ao porto do Lobito alinhavam-se os grandes silos em cimento armado para armazenagem do rei milho”. (Dáskalos, 1999, pág. 118)

Continua o autor *“Nas vésperas da independência, a produção leiteira no Huambo atingiu os 100 mil litros diários, a de rações para a pecuária atingiu as 110 mil toneladas. Ainda no setor agrícola a produção de batata era, na região do Huambo, uma das maiores do país, sendo Vila*

Flor a «rainha da batata» e a Caála «a rainha do milho». No setor pecuário a região do Huambo ocupava a segundo lugar, depois da Huíla e ao lado de Benguela, com grande concentração de gado bovino, caprino, e suíno na Caála, Vila Nova, Cuma, Bela Vista e Mungo”.

De tal forma que de tal abundância de gado se tenha dado origem

“a uma indústria transformadora de origem animal, (...), com duas salsicharias. Só a Sociedade Agropecuária do Buçaco abatia anualmente entre 20 a 30 mil suínos adquiridos a criadores locais (a mesma empresa também possuía salsicharias na Ganda e em Caconda); a fazenda “Nova Aurora” no Bailundo tinha também grande projeção no setor pecuário. No sector da indústria transformadora de origem vegetal existia a unidade industrial mais bem dimensionada da Província, senão do país, que era a fábrica de cerveja “Cuca”, com um equipamento moderno com uma capacidade de produção anual instalada de 30 milhões de litros. No que respeita à moagem de cereais, só dentro da cidade havia dez unidades, duas das quais de grandes dimensões, além das 65 distribuídas no resto da província. Ainda neste sector havia 5 unidades de produção de massas alimentares.

Na economia da província estava a tomar um volume importante a exploração de essências aromáticas, existindo duas unidades de extração, uma no Luimbale (londuimbale) e outra no Huambo.

Também na Fazenda Chinguari, na Vila Nova (Tchicala Tcholoanga), para além da produção de citrinos destinados ao fabrico da bebida “Sol do Sul”, começou-se a plantação de café arábica e de árvores aromáticas. (...). No Lépi existia uma unidade de conservas de fruta. (...). No Longonjo havia muitas cerâmicas, tornou-se a Caldas da Rainha de Angola. (...), à indústria extractiva, também o Huambo estava ganhando uma grande importância na balança económica do país com a exploração do minério de ferro do Cuíma. O ramal de caminho-de-ferro Caála - Cuíma drenava anualmente 250 mil toneladas de minério de ferro. (...) exploração de ouro no rio Sambo.

A atividade comercial em terras do Huambo era intensa: em 1970 existiam 330 povoações comerciais, algumas das quais assim

distribuídas: 61 na Caála e Bailundo, 37 no Huambo e 26 na Bela Vista”.
(Dáskalos, 1999, pág. 119-124)

Atividades produtivas da região do Huambo

A região do Huambo é de relevo acidentado, com grandes montanhas. É uma região com grandes recursos no seu subsolo, para além dos recursos hidrográficos, já referidos no ponto - 2.3. Geografia e Demografia. De clima húmido que oscila entre 10% e 60% e seco devido a sua localização planáltica, com temperatura média anual que ronda 15°C a 20°C de mínima e 20°C a 26°C de máxima, com duas estações climáticas, uma das chuvas a mais longa e outra a mais curta a estação seca.

O solo é ferrítico nalguns municípios, rico em recursos minerais.

Dadas as características dos solos de reduzida fertilidade e da ecologia desfavorável, as populações souberam tirar proveito das situações fisiográficas do meio. Utilizando métodos de cultura ancestral, conseguiram e conseguem nas terras de maior altitude utilizar o método denominado “ongongo” ou seja lavra do alto, cuja característica principal é a da cultura da batata, milho, feijão, trigo, ervilha, tremoço, amendoim e repolho. Na encosta, utilizam “ocumbo”, onde se cultiva essencialmente o milho, feijão, massambala, amendoim, gergelim, abóbora, feijão-frade (macunde) e árvores frutícolas (abacateiros, goiabeira, pereiras, bananeiras, etc). No fundo dos vales e terras de menor altitude - onde se depositam os detritos lavados – pratica-se o método designado “onaka” (naka) ou lavra da baixa, cultivados normalmente após as chuvas com hortaliças, batata, milho, e feijão e, na bordadura da baixa, o método cuja drenagem e o manejo são mais fáceis “ombanda”, para cultivo de hortaliças (cebola, cenoura, repolho), milho e batata.

O Turismo

O turismo é um dos pilares de desenvolvimento económico, representando, para os países em via de desenvolvimento, uma fonte de captação de riqueza. É um setor da economia, transversal que, tendo incidência em vários outros setores da economia, possibilita - na ótica da empregabilidade de recursos humanos – a redução da pobreza.

Das diversas definições de turismo, Leiper (1979), dizia poder classificá-lo em três grupos: económicos (com enfoque comercial e económico), técnicas (com enfoque estatístico e de institutos de turismo) e holísticos (que abarcam todos os aspetos envolvidos no turismo). Contrapondo a visão de Leiper, Panosso (2010), considera que existem outras três visões distintas sobre o turismo:

- a) A visão leiga que entende o turismo como descanso, férias, viagens, etc;
- b) A visão empresarial que considera as oportunidades de rendimento e lucros financeiros provenientes da venda de produtos e serviços oferecidos aos viajantes; e,
- c) A visão académico-científica que entende o turismo como estando “*relacionado com possibilidade de inclusão social; desenvolvimento de ações para minimizar seus impactos negativos e maximizar os positivos; coleta de dados quantitativos e qualitativos; produção de conhecimentos críticos na busca de sua melhor compreensão; implantação de políticas públicas de turismo; estudos interdisciplinares que envolvam a sociedade em todos os seus aspetos económicos, políticos, culturais, sociais e ambientais na busca de resolução de algum problema causado pelas viagens; análise e previsão de tendências de desenvolvimento do turismo.*” (Panosso Netto, 2010)

Tanto as definições de Leiper como as visões de Panosso Netto têm o mesmo objetivo, não se excluem, antes pelo contrário, complementam-se.

A agricultura sustentável e o ambiente turístico na região

Antecedentes:

Há poucos registos da atividade turística na região do Huambo, durante o período colonial, porquanto o turismo era apenas de serviço, o que acontece nos dias de hoje. Ainda assim a região conheceu uma melhoria das infraestruturas hoteleiras nos últimos anos da administração portuguesa, isto, para fazer face a procura de alojamento de quem se deslocava a região em trabalho ou em negócios.

Atualmente:

Este setor industrial começa a dar alguns passos, em virtude da abertura que o setor público tem dado ao sector privado, - passos muito curtos -, que procura melhorar algumas áreas de fazendas coloniais e outros novos terrenos adquiridos e ou ocupados e fazer delas zonas para o agroturismo.

Todo o território do Huambo apresenta especificidades e oportunidades bastante favoráveis para o desenvolvimento turístico, através da localização de algumas unidades hoteleiras. Falta, entretanto, uma planificação regulamentada para um desenvolvimento do turismo na região, ou seja, um Plano de Ordenamento Regional.

Importa criar condições para que o desenvolvimento económico e social que o turismo acarreta possa ser visível e útil na região. Não se pense em desenvolver um turismo de massa, mas sim, um turismo sustentável – turismo rural, agroturismo, ecoturismo – procurando assim, tornar as zonas rurais mais atrativas e desta forma aproximar as populações rurais às zonas urbanas, através do intercâmbio com os turistas que as visitam.

Assim, para garantia da sustentabilidade do desenvolvimento do turismo faz-se necessário a elaboração de uma política nacional de turismo, definindo-se a articulação do setor turístico com as políticas de ordenamento do território.

No Huambo existem já áreas como as da Chipipa, Alto-Hama, Calenga e Calima, onde o conceito do agroturismo começa a dar passos ténues.

Segundo o Vice-Governador do Huambo para-o Sector Económico e Produtivo, Senhor David Barbosa (2015) *“a classe empresarial privada e público-privada deve promover o turismo e a imagem da província por forma a atrair mais turistas para a região, incentivando desta forma a troca de ideias e o estabelecimento de parcerias económicas”*.

Queria, David Barbosa, dizer que, a aposta no turismo representaria um pressuposto no sentido de solucionar os problemas socioeconómicos, criando, assim, oportunidades para maior crescimento, aumento da riqueza e do rendimento na região, abrangendo as populações locais. Pesa embora, a abertura que o executivo de Angola tem feito, existem alguns sectores do executivo e da sociedade em geral que emperram todo este processo de abertura, porquanto são ainda fortes os constrangimentos burocráticos para a entrada de turistas no país, os elevados preços das viagens, as fracas vias de comunicação terrestre e comunicação aérea exígua, a insegurança das pessoas e o elevado custo de vida no território.

Conclusões finais

As estratégias e políticas públicas para a promoção do desenvolvimento local relacionados aos planos de desenvolvimento do Estado têm sido estrategicamente bem planeadas, porém de implementação incipiente.

Embora, muitas das estratégias incluídas nos planos de desenvolvimento dos últimos 20 anos tivessem proposto a articulação entre os setores público e privado, o que houve foi uma dissociação entre os setores tanto na aplicação de estratégias de desenvolvimento do território, quanto nas tomadas de decisões. Os planos de desenvolvimento não foram transformados em guiões necessários para a condução do desenvolvimento da localidade.

Importa, no enetento, referir que o desenvolvimento local com bases firmadas em estruturas de âmbito local tem maior eficácia na sua implementação pelos actores económicos e sociais

locais, por serem maiores conhecedores das culturas, costumes e outros factores endógenos necessários para o efeito.

Este artigo fica em aberto para continuação ou acréscimo.

Referências

ALBUQUERQUE, F. (2004). “*Desarrollo Económico Local en América Latina*”. Revista CEPAL - Abril (82)

ALBUQUERQUE, F. (2002). “*Desarrollo económico territorial. Guía para Gentes.*” Sevilla: Instituto de Desarrollo Regional Fundación Universitaria

BANCO MUNDIAL, (2009), “*World Development Report 2009: Reshaping Economic Geography.*” Banco Mundial, <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/5991>. Acesso em 15/10/2015

DÁSKALOS, S. (1999). “*Um Testemunho para a História de Angola do Huambo ao Huambo*” , Huambo

LIRA, S. I. (2003). “*Disparidades, competitividad territorial y desarrollo local y regional en América Latina.*” Santiago, Chile: ILPES-CEPAL.

NOLAN, A. (2003). “*Iniciativa empresarial y desarrollo económico local.*” París, Francia: OCDE-Banco Interamericano de Desarrollo.

PANOSSO, N. A., (2010). “*O que é turismo.*” São Paulo: Brasiliense

VÁSQUEZ, B. A. (2009). “*Una salida territorial a la crisis. Lecciones de la experiencia latino-americana.*” EURE, 105.

VÁSQUEZ, B.A. (2005). “*Las nuevas fuerzas del desarrollo.*” España: Antony Bosch, editor, S.A.

VÁSQUEZ, B.A. (2002) “*Crecimiento Endógeno o Desarrollo Endógeno?*”, in BECATTINI, G.; COSTA, M.T. & TRULLÉN, J. (dir. e coord.) “*Desarrollo Local: teorías y estrategias,*” Civitas Ediciones, Madrid.

VÁSQUEZ, B.A. (1999). “*Desarrollo, redes e innovación: Lecciones sobre desarrollo endógeno.*” Madrid, Espanha: Ediciones Piramide, SA.

VÁSQUEZ, B.A. (1993). “*Política económica local. La respuesta de las ciudades a los desafíos del ajuste productivo.*” Madrid, Espanha: Ediciones Pirámide, SA.